CONHECIMENTO E LINGUAGEM NA PERSPECTIVA DE NIETZSCHE SOBRE O CONCEITO DE VERDADE

KNOWLEDGE AND LANGUAGE IN NIETZSCHE'S STANDPOINT ON THE CONCEPT OF TRUTH

Adriano Geraldo da Silva¹

Universidade Estadual de Campinas/ Faculdade Católica de Pouso Alegre

Resumo: Neste trabalho apresentamos alguns elementos da concepção nietzschiana sobre conhecimento e linguagem que subjazem ao conceito de verdade. O autor, por meio do uso do método genealógico, pautado no tripé da psicologia, historiografia e filologia, propôs uma investigação rigorosa sobre as condições primitivas pelas quais os valores são criados e as cosmologias engendradas. Situa, a partir de então, a compreensão do conceito de verdade, seu conhecimento e manifestação pela linguagem, não mais no campo do transcendente, mas como processo dinâmico dado no âmbito da história, da psicologia e da linguagem. Sua consideração sobre o princípio da ideia de verdade orienta-se pela noção de invenção, e não de origem, atribuindo ao conceito em questão uma característica imanente, cuja história denuncia sua pretensão de universalidade e imutabilidade, não correspondentes à realidade do ser humano e da natureza. Nietzsche indica a fragilidade do conceito de verdade, formulado a partir de um conhecimento e de uma linguagem superficiais, que não considerariam a dinamicidade própria das coisas e das experiências, sempre subjetivas e, portanto, particulares e relativas. No campo da política e da moral, Nietzsche defende a hipótese de que as noções de conhecimento e verdade são formuladas no uso da linguagem como instrumento de convenção, que visa estabelecer a sociedade tornando o animal humano previsível e promovendo a manutenção da sociedade. Essa mesma tese, apresentada por Nietzsche, desemboca na argumentação sobre a linguagem também como instrumento de exercício de poder, que, mediante o conceito e a noção de verdade, estabelece não apenas um mundo superficial, mas também a moral como regra universal e orientadora da existência humana.

Palavras-chave: Conhecimento. Linguagem. Verdade.

Abstract: This paper presents some elements from the Nietzschean approach on knowledge and language that lie underneath the concept of truth. By using the genealogical method — based on the constituted tripod of psychology, historiography, and philology —, the author carries out a rigorous investigation about the primitive conditions by which values are created and standpoints are conceived. Since then, the philosopher locates the understanding of the concept of truth, as well as its knowledge and manifestation through language, no longer in the domain of transcendence; truth is now interpreted as a dynamic process inserted in the domain of history, psychology and language. His consideration about the principle of the idea of truth guides itself

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Bacharel em Filosofia e Teologia pela Faculdade Católica de Pouso Alegre (Facapa). Professor e coordenador do curso de Filosofia da Facapa. Coordenador de extensão da Facapa. Professor do IFSJ de Campanha. E-mail: adrianogeraldo87@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5128590357407190>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-3893-0545>.

by the notion of invention, and not origin, and he assigns to the concept in question an immanent feature, whose history denounces its pretension of universality and immutability, which do not correspond neither to the reality of human being nor to the reality of nature. Nietzsche points out the fragility of the concept of truth, devised from a superficial knowledge and language, neither of which would consider the given dynamics of things and experiences, which are always subjective and, therefore, particular and relative. In the domain of politics and moral, Nietzsche supports the hypothesis that both notions of knowledge and truth are elaborated in the use of language as an instrument of convention, that intends to establish society by converting human animal into a predictable animal and promoting the maintenance of society. Such a claim, presented by Nietzsche, leads to the argumentation that conceives language also as an instrument of power practice that, through the concept and notion of truth, not only establishes a superficial world, but moral also as a universal rule and guide of human existence.

Keywords: Knowledge. Language. Truth.

INTRODUÇÃO

A questão da verdade emerge na filosofia nietzschiana como um problema que toca séculos da tradição filosófica e que, por sua vez, estabelece uma noção unívoca e metafísica de verdade, a qual, por meio do conhecimento e da linguagem, estabelece uma noção de mundo diferente da realidade, ordenada a partir dos valores morais estabelecidos pelo mesmo critério metafísico. Para Nietzsche, conhecimento e linguagem não possuem uma origem, mas são produtos da invenção humana de acordo com necessidades bem estabelecidas, as quais precisam ser decifradas para que se conheçam as condições reais pelas quais o mundo foi valorado do modo como foi ao longo dos séculos. A tarefa que se apresenta ao filósofo é justamente descer à profundidade psicológica e histórica da formação do conhecimento e da linguagem para recolher os elementos que os forjaram e os estabeleceram em seus aspectos unívocos que concederam, ao longo dos séculos, uma construção teórica universal sobre o mundo e sobre nós mesmos.

O problema que se coloca no início desta pesquisa diz respeito justamente à possibilidade de se superar a univocidade dos conceitos de conhecimento e linguagem, bem como o conceito de verdade oriundo destes. Na oposição entre mau e feliz conhecimento, apresentaremos algumas pistas que permitem entrever, na filosofia nietzschiana, a superação da circunscrição desses conceitos univocamente tomados, em torno dos quais se consolidaram a moral, a política a religião e outras tantas manifestações da cultura humana.

A questão que constitui o problema deste trabalho é aqui desenvolvida a partir de três pontos que julgamos serem necessários de abordagem: a) o problema da verdade; b)

o mau conhecimento e a moral de rebanho; e c) o feliz conhecimento. Com isso, pretendemos abordar o modo pelo qual Nietzsche compreendeu a problemática em torno do conhecimento, que, por sua vez, estabelece a verdade e a moral, e como se estabelece o jogo de força, de exercício de potência em tal processo. Estabelece-se uma verdade ontológica e moral, a partir do conhecimento superficial, que possui por finalidade arrebatar, circunscrever dentro de um perímetro específico, forjado pelos jogos de poder, a visão de mundo e da vida.

1 O PROBLEMA DA VERDADE

A respeito do problema do estabelecimento da verdade, comentaremos duas citações da obra nietzschiana que tornam manifestas suas conclusões. Trata-se de dois textos de períodos distintos de sua produção intelectual, mas que sintetizam o que o filósofo desenvolveu ao longo de sua vida em vários outros escritos. A primeira citação, da obra de 1888, *O crepúsculo dos ídolos*, classifica a verdade a partir da perda do caráter histórico do pensamento, que se funda e gira em torno de uma espécie essencial, eterna e imutável:

Eles [os filósofos] acreditam fazer uma *honra* a uma coisa quando a des-historicizam, *sub specie aeterni* [sob a perspectiva da eternidade] — quando fazem dela uma múmia. Tudo o que os filósofos manejaram, por milênios, foram conceitos-múmias; nada realmente vivo saiu de suas mãos. Eles matam, eles empalham quando adoram, esses ídólatras de conceitos — tornam-se um perigo mortal para todos, quando adoram. A morte, a mudança, a idade, assim como a procriação e o crescimento, são para eles objeções — até mesmo refutações. O que é não se *torna*; o que se torna não *é*... Agora todos eles creem, com desespero até, no ser” (GD/CI, III, A razão na Filosofia, §1).

A segunda citação extraída de *Sobre verdade e mentira no sentido extramoral*, escrito da juventude de Nietzsche, situa a verdade no campo dos arranjos da linguagem:

O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas (WL/VM, §1).

O primeiro excerto de um aforismo do *Crepúsculo dos Ídolos* indica a complexa arte de cristalizar o mundo por meio de um conceito de verdade, como algo eterno, imutável, fundamental e fundamento de tudo o que existe. Com esse primeiro trecho, Nietzsche já expõe sua crítica à tradição filosófica que, com sua vontade de verdade, circunscreveu o mundo e a vida em conceitos estáticos e essenciais. A verdade aqui é tomada tanto no campo do conhecimento como no campo da linguagem, enquanto cristalização do saber e do falar que qualificam o mundo e a vida em aspectos essenciais. A verdade, nesse sentido, circunscreve tudo em uma essência, capaz de ser absorvida por nosso conhecimento e expressa pela nossa linguagem. Em *Genealogia da moral* (III, §24) e em *Gaia Ciência* (§344), Nietzsche estende sua crítica para além da Filosofia, indicando que também a religião cristã e a ciência moderna nutriram, da mesma forma, o conceito de verdade como essencial e fundamental para o conhecimento e a linguagem.

A verdade, segundo Nietzsche expõe nesse aforismo de *Crepúsculo dos Ídolos*, se firma a partir da desistoricização de sua formulação, tida como algo eterno, dado, imutável e que nós apreendemos, alcançamos com nosso intelecto. De fato, tanto nos sistemas metafísicos platônico, cristão e das teorias do conhecimento modernas, a verdade é tomada como objeto universal do conhecimento e da linguagem, que estabelece, por sua vez, o campo do pensamento dogmático no qual a relativização das experiências é colocada fora do perímetro rigoroso da ciência. A verdade, na tradição do pensamento, é algo que não veio a ser, totalmente isenta de qualquer tipo de devir, a verdade é, simplesmente, sempre foi e sempre será.

A própria crítica nietzschiana, no aforismo em questão, já nos dá pistas sobre o modo pelo qual o filósofo compreende a problemática da verdade: aquilo que nada mais é do que resultado de processos históricos e humanos (demasiado humanos, para fazer alusão à sua obra), foi cristalizado em conceitos: idealizado, em outras palavras, tanto pela Filosofia, como também pela religião e pela ciência.

Nesse sentido é paradigmática a definição que Nietzsche expõe no primeiro aforismo de *Sobre verdade e mentira no sentido extra moral*, obra ainda de sua juventude, mas em cujo teor encontram-se já presentes elementos que mais tarde, nos escritos da maturidade, farão parte de sua síntese filosófica. Nessa obra, Nietzsche caracteriza a verdade como um batalhão móvel de metáforas, estabelecidas para provir a necessidade de consenso e, ao mesmo tempo, para se estabelecer a linguagem universal a partir de

elementos mais ou menos comuns das experiências que os indivíduos realizam do mundo. Nietzsche ainda acrescenta que a verdade é a soma de relações humanas, passível de reconfigurações de acordo com novas formas de estabelecimento dessas mesmas relações. Tal conceito de verdade, apesar de se tratar de uma ilusão, tornou-se canônico, à medida que foi repetido, até o ponto de ser introjetado nos indivíduos de todos os tempos, os quais simplesmente assimilaram como algo dado, inviolável e inquestionável, tanto no nível do pensamento como no da linguagem.

A verdade, em tal sentido, passa a ser vista por Nietzsche não mais como um problema metafísico, como o fora em toda a tradição filosófica, de Platão a Kant, mas passa a ser compreendida como tríplice problema linguístico, político e moral. Mas de onde provém o impulso à verdade, uma vez que ela não é eterna e imutável? Em outras palavras, já que a verdade é uma formulação linguística de acordo com uma série de fatores, por qual motivo ainda insistimos em uma ideia de verdade? De onde provém a necessidade humana de uma verdade fundamental para a constituição de sua existência? Logo em seguida ao trecho mencionado de *Sobre verdade e mentira no sentido extra moral*, Nietzsche afirma que “continuamos ainda sem saber de onde provém o impulso à verdade” (WL/VM, §1) e como esta se estabelece de modo ideal, como algo dado, eterno, imóvel e imutável. Mas é possível entrever algumas possibilidades, as quais exploramos a partir de agora.

A princípio, Nietzsche fala de uma “obrigação de mentir segundo uma convenção sólida, mentir em rebanho, em um estilo obrigatório para todos” (WL/VM, §1). Essa obrigação repousa na necessidade de se existir socialmente e em rebanho, motivo pelo qual ele precisa de um acordo de paz, que traz consigo o primeiro passo para se alcançar o impulso à verdade (WL/VM, §1). Essa necessidade visa não apenas a conservação do indivíduo, mas, sobretudo, o exercício de sua potência sobre os outros. Não vence pela guerra, mas pelo discurso, pelo encantamento moral e pela disseminação de um agir comum.

O professor Oswaldo Giacoia (2013, p. 23), em sua obra *Nietzsche, o humano como memória e promessa*, considera que Nietzsche ponderava

ser o homem, dentre todos os outros, o animal “mais doente, [e citando *Genealogia da moral* (III, §14)] [o] mais inseguro, mais mutável, mais flexível do que qualquer outro animal, disso não há dúvida, ele é o animal doente: [continua Nietzsche] de onde vem isso? Seguramente, ele também ousou mais,

inovou mais, obstinou-se mais, desafiou mais o destino do que todos os outros animais juntos: ele, o grande experimentador consigo mesmo, o insatisfeito, o insaciado, que disputa o último domínio com o animal, a natureza, os deuses; ele, o sempre ainda indômito, o eternamente futuro, que não mais encontra repouso”.

A citação indicada permite compreender que a necessidade primária de segurança, devido a sua fraqueza congênita, forçou o homem a estabelecer relações propriamente políticas com o intuito de manter-se, de conservar-se, mas não somente isso, com o intuito, também, de exercer-se em sua potência sobre os demais indivíduos. O preço, para tanto, era justamente uniformizar as experiências subjetivas em uma arquitetura conceitual tamanha que fosse possível estabelecer um mundo e um ser humano minimamente previsíveis. Esse feito se dá em torno de um conceito de verdade, entendida no seu sentido ontológico e moral, que deveria ser expressa de acordo com uma linguagem comum, capaz de arrebatar, como instrumento do exercício do poder.

A verdade, idealizada e essencializada, se expressa nos conceitos e na linguagem, que, por sua vez, estabelecem e mantêm a coesão social e política, como amálgama que sustenta a arquitetura do poder. Nesse sentido, Nietzsche deixa claro que a verdade é uma invenção, não possui origem metafísica ou divina, mas se estabelece de acordo com uma série de fatores, de tal modo que sua compreensão não pode ser outra senão a perspectiva. Mais uma vez o texto do aforismo primeiro de *Sobre verdade e mentira no sentido extra moral* revela uma discrepância entre a verdade, a verdade estabelecida e consensuada no conhecimento e na linguagem, com a realidade e seus processos.

Pensemos ainda, em particular, na formação dos conceitos. Toda palavra torna-se logo conceito justamente quando não deve servir, como recordação, para a vivência primitiva, completamente individualizada e única à qual deve seu surgimento, mas ao mesmo tempo tem de convir a um sem número de casos, mais ou menos semelhantes, isto é, tomados rigorosamente, nunca iguais, portanto, a casos claramente desiguais. Todo conceito nasce por igualação do não-igual. Assim como é certo que nunca uma folha é inteiramente igual a outra, é certo que o conceito de folha é formado por arbitrário abandono dessas diferenças individuais, por um esquecer-se do que é distintivo, e desperta então a representação, como se na natureza além das folhas houvesse algo, que fosse “folha”, uma espécie de folha primordial, segundo a qual todas as folhas fossem tecidas, desenhadas, recortadas, coloridas, frisadas, pintadas, mas por mãos inábeis, de tal modo que nenhum exemplar tivesse saído correto e fidedigno como cópia fiel da forma primordial (WL/VM, §1).

Em outras palavras, o que fora feito mediante a necessidade de conservação e, ao mesmo tempo, em vista do exercício de potência de um indivíduo sobre os outros, por meio do conceito de verdade, expressa nos conceitos da linguagem, nada mais é do que invenção e mentira. A mentira à qual se refere Nietzsche funda-se no fato de que todo conceito, toda expressão do conhecimento tem por tarefa, necessariamente, estabelecer uma igualdade na natureza. O critério de igualdade, com o qual o humano reveste a natureza e os fenômenos da vida, é algo arbitrário, que fere aquilo que as coisas são com nossa pretensão de classificar tudo o que existe. Não há um conceito de mundo unívoco, que pode ser representado por um conceito tomado como verdadeiro.

Aquilo que apreendemos do mundo, para Nietzsche, é sempre individual, desigual, pois não há universalidade nas experiências, que sempre são únicas. O que a razão faz é falsear o mundo em um conceito, em uma linguagem unívoca movida pelo impulso à verdade. O critério utilizado por Nietzsche, para romper com a ditadura da razão, que universaliza e unifica tudo no conceito de verdade como única visão plausível do mundo e da existência, é a oposição do corpo em relação à razão. Werner Stegmaier (2013, p. 43) assevera que, em Nietzsche,

mundo significa sempre mundo da vida individual (*individuelle Lebenswelt*), e a individualidade de um corpo [...] reside cada vez em seu entrelaçamento peculiar, em sua conexão funcional com o mundo em sua totalidade, que por princípio não pode ser apreendido como um mundo articulado em si, ou seja, transformado em objeto.

Aqui, necessariamente precisamos levantar algumas notas sobre o conhecimento, que subjaz à linguagem e que possibilita a formulação e o estabelecimento do conceito de verdade. Mas poderíamos falar que, em Nietzsche, encontramos duas formas de conhecimento: o que aqui denominamos *mau conhecimento*, que produz uma ilusão sobre o mundo; e o conhecimento feliz (*gaia ciência*), que permite adentrar o subsolo histórico da construção dos conceitos, desvendando suas condições de constituição.

2 O MAU CONHECIMENTO E A MORAL DE REBANHO

Em *Sobre verdade e mentira no sentido extra moral*, Nietzsche toma o conhecimento como algo que veio a ser, ou seja, um instante da história da humanidade que não necessariamente deve ser levado a sério. Ao mesmo tempo, o filósofo fala de

uma invenção do conhecimento, em oposição à ideia recorrente, em boa parte dos sistemas de pensamento da tradição filosófica, de origem do conhecimento. Com isso trata o conhecimento como algo que foi inventado a partir de necessidades bem delimitadas, mas que não possui uma origem metafísica ou divina, como quiseram vários filósofos desde a antiguidade até a modernidade.

Em algum remoto rincão do universo cintilante que se derrama em um sem-número de sistemas solares, havia uma vez um astro, em que animais inteligentes inventaram o conhecimento. Foi o minuto mais soberbo e mais mentiroso da “história universal”: mas também foi somente um minuto. Passados poucos fôlegos da natureza congelou-se o astro, e os animais inteligentes tiveram de morrer. - Assim poderia alguém inventar uma fábula e nem por isso teria ilustrado suficientemente quão lamentável, quão fantasmagórico e fugaz, quão sem finalidade e gratuito fica o intelecto humano dentro da natureza. Houve eternidades, em que ele não estava; quando de novo ele tiver passado, nada terá acontecido (WL/VM,§1).

O conhecimento é tomado por Nietzsche como algo contingente e não necessário. Sua história denuncia sua pretensão: a pretensão de universalizar, uniformizar, mas, acima de tudo, de exercitar poder. O produto do conhecimento, a verdade, instrumentaliza-se como perímetro fora do qual não é possível a vida em rebanho. A linguagem é o instrumento que possibilita a uniformização da verdade, que cria vínculos e mantém a sociedade. O objetivo do conhecimento é um só: fechar a vida em limites, dentro dos quais é possível exercer a potência de uns sobre os outros, de modo previsível e inquestionável.

Tal conhecimento, que aqui denominamos de mau conhecimento, recebe essa adjetivação porque se desenvolve, segundo a leitura nietzschiana, sobre a ilusão e o engano, fixando-se na superfície das coisas e tomando-as como uma verdade absoluta. Trata-se, no fundo, de um conhecimento superficial e até mesmo ilusório, criado com a única finalidade de estabelecer o exercício do poder por meio do conhecimento e da moral. Sobre esse ponto, gostaria de destacar o aforismo 32 de *Miscelânea de opiniões e sentenças*, do segundo livro de *Humano, demasiado humano*:

A suposta “realidade real”. — Ao retratar as diferentes profissões — por exemplo, as de general, tecelão, marinheiro —, o escritor faz como se conhecesse profundamente essas coisas e fosse alguém que sabe; mais ainda, na exposição dos atos e destinos humanos ele age como se tivesse presenciado o tecer da trama do mundo: nisso ele é um enganador. Engana aqueles que não sabem — por isso tem êxito: esses lhe elogiam o autêntico e profundo saber, e enfim o induzem à ilusão de que realmente sabe as coisas tão bem quanto aqueles que as conhecem e fazem, até mesmo como a grande aranha tecedora

do mundo. Por fim, o enganador se torna sincero e acredita na sua veracidade. Sim, os homens sensíveis chegam a lhe dizer claramente que ele tem a superior verdade e veracidade — pois estão momentaneamente cansados da realidade e tomam o sonho poético como uma benéfica distração e noite para a cabeça e o coração. O que este sonho lhes mostra parece ter mais valor então, porque, como dissemos, eles o sentem como algo mais benéfico: e os homens sempre acharam que o que parece mais valioso é o mais verdadeiro, o mais real. Os escritores, que são cômicos desse poder, procuram intencionalmente difamar o que habitualmente se chama realidade e convertê-la no incerto, aparente, inautêntico, pleno de pecado, engano e sofrimento; utilizam todas as dúvidas quanto aos limites do conhecimento, todos os exageros do ceticismo, para estender sobre as coisas os pregueados véus da incerteza: para que então, após esse escurecimento, seus sortilégios e a magia que exercem sejam entendidos, muito irrefletidamente, como caminho para a “verdadeira verdade”, para a “realidade real” (MA/HH II, §32).

Há dois pontos que precisam ser considerados no aforismo transcrito. O primeiro deles é a comparação dos filósofos idealistas com escritores. São os escritores criadores que forjam imagens, expressões, mundos, como se fossem verdadeiros. São, de fato, competentes na arte de criar mundos inexistentes. Como escritores, os filósofos idealistas se destacam em sua capacidade de forjar mundos inexistentes, mas que seduzem e constituem elo de unidade entre indivíduos. Uma vez que seu conhecimento atinge apenas a superficialidade das coisas (um mero consenso sobre as coisas), as mostram de tal modo como se fossem reais, um mundo-em-si. O segundo ponto é que essas imagens superficiais, tidas como a coisa-em-si, a verdade absoluta do mundo, são fortemente assimiladas por aqueles que estão fatigados de sua existência. Acreditar em mundos ilusórios, como se fossem reais, pode ser um bálsamo no sofrimento existencial que perpassa a vida de todos os indivíduos. É aqui que essas construções conceituais produzem um mundo ideal, oposto ao mundo real, para o qual os cansados da vida se direcionam com as poucas forças que lhes restam. Em outras palavras, a superficialidade de tal conhecimento permite a produção de um mundo ideal, configurando um verdadeiro anestésico para a vida. É importante citar aqui, ainda que de passagem, que o promotor dessa criação de mundos e valores a partir do sofrimento da vida é o ressentimento, que Nietzsche trabalha em *Genealogia da moral*. O ressentimento, enquanto desejo nutrido por vingança, mas cuja impossibilidade se faz sentir pela condição fraca do indivíduo, promove a produção de mundos ilusórios nos quais a descarga afetiva do ódio ressentido pode acontecer, permitindo um alívio, ainda que apenas no plano das ideias, mas pelo qual o indivíduo sente-se vingado da vida e de seus tormentos.

Pelo fato de a razão desenvolver o conhecimento como instrumento de exercício do poder, Nietzsche compreende que seu desenvolvimento se dá justamente naqueles que são, de alguma maneira, mais fracos. A razão é o órgão que possibilita ao fraco exercer-se sobre os outros. É por isso que a razão exerce-se por meio da autoridade, impondo a moral como forma única de vida, fora da qual não há salvação.

É notável que o intelecto seja capaz disso, justamente ele, que foi concedido apenas como meio auxiliar aos mais infelizes, delicados e perecíveis dos seres, para firmá-los um minuto na existência [...]. Aquela altivez associada ao conhecer e sentir, nuvem de cegueira pousada sobre os olhos e sentidos dos homens, engana-os, pois, sobre o valor da existência, ao trazer em si a mais lisonjeira das estimativas de valor sobre o próprio conhecer. Seu efeito mais geral é engano (WL/VM, §1).

Nesse trecho do aforismo primeiro de *Sobre verdade e mentira no sentido extramoral*, Nietzsche associa o conhecimento à moral, de tal modo que esta associação pode ser expressa pela seguinte equação: fraqueza – conhecimento – verdade – valor – moral. A verdade inventada pelo conhecimento cria uma hierarquia de valores no mundo conhecido. Por isso, o mundo, tal como percebido pelos sentidos, é profundamente falseado em um mundo moral, o qual é regido por valores estabelecidos pela fraqueza, que impulsiona o conhecimento e o conceito de verdade. Aqui poderíamos dizer que a mesma linguagem que descreve o mundo, a partir de um conceito unívoco de verdade, também o hierarquiza mediante uma tábua de valores que o ordena de modo moral. Seria plausível dizer que, por essa razão, a linguagem é sempre linguagem moral. Se recordarmos o que desenvolve Nietzsche em *Genealogia da moral*, entenderemos que sua compreensão sobre a origem dos valores morais se dá justamente no ressentimento do fraco (conforme afirmado mais acima), que, para justificar sua fraqueza, sua fraca intensidade de potência, precisa criar e inverter os valores, propondo uma moral cujos valores são necessariamente fracos.

A intenção da moral, como vista anteriormente, é justamente o exercício de poder por meio da ordenação do mundo em valores estabelecidos pelo conceito de verdade e pela linguagem. A partir do conceito de moral é possível pensar em rebanho. Aliás, a assimilação e submissão a uma moral deve-se à condição fraca do ser humano que se submete a esse tipo de pensamento para ter uma parte no quinhão do exercício do poder. O conhecimento que produz a verdade, que produz a moral, nada mais quer do exercer-

se sobre os outros, exercer sua potência. Juntando-se a tal massa, o indivíduo sente-se nutrido de uma força descomunal. Ele precisa de identificação, precisa de um grupo, por isso assimila, com todas as forças, os valores morais. Um tal caráter massificado, de rebanho, é o entrave para a superação da moral, pois a comunidade oferece a segurança, ou a aparente segurança, que na natureza o indivíduo não encontra. No aforismo 9 de *Aurora* Nietzsche expressa tal problemática quando diz:

A moralidade não é outra coisa (e, portanto, não mais!) do que obediência a costumes, não importa quais sejam; mas costumes são a maneira tradicional de agir e avaliar. Em coisas nas quais nenhuma tradição manda não existe moralidade; e quanto menos a vida é determinada pela tradição, tanto menor é o círculo da moralidade. O homem livre é não moral, porque em tudo quer depender de si, não de uma tradição: em todos os estados originais da humanidade, “mau” significa o mesmo que “individual”, “livre”, “arbitrário”, “inusitado”, “inaudito”, “imprevisível” (M/A, §9).

Mas se tal conhecimento produz a moralidade enquanto negação de si e assimilação da moral de rebanho, Nietzsche apresenta, por outro lado, o feliz conhecimento, cujas características gerais são de um conhecimento feliz justamente por ser ousado, capaz de descer à profundidade de nossos sentimentos, descobrindo a fábrica de invenção de conceitos e valores.

3 CONHECIMENTO FELIZ

“Nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos; de nós mesmos somos desconhecidos — e não sem motivo. Nunca nos procuramos: como poderia acontecer que algum dia nos encontrássemos?” (GM/GM, prólogo, §1). Com essa provocação, Nietzsche inaugura o prólogo de sua *Genealogia da moral*. Com ela sugere o caminho para um conhecimento feliz, ou gaia ciência, como intitulou uma de suas obras. Trata-se de um conhecimento que desconsidera o que fora dito antes e se propõe um caminho honesto para aquilo que somos, de fato. No aforismo segundo do capítulo primeiro de *Humano, demasiado humano I*, intitulado *Das coisas primeiras e últimas*, Nietzsche adverte a falta de sentido histórico na pesquisa sobre as coisas humanas, o que leva ao exagero de um conhecimento ideal sobre o próprio homem. Esse conhecimento superficial, que produz um ideal, trata-se do mau conhecimento, como vimos anteriormente. Ao mesmo tempo, Nietzsche deixa claro nas entrelinhas do aforismo a

necessidade de um conhecimento rigoroso da constituição humana e de seus processos.

Falta o sentido histórico, exclamará o filósofo:

Defeito hereditário dos filósofos. — Todos os filósofos têm em comum o defeito de partir do homem atual e acreditar que, analisando-o, alcançam seu objetivo. Involuntariamente imaginam “o homem” como uma *aeterna veritas* [verdade eterna], como uma constante em todo o redemoinho, uma medida segura das coisas. Mas tudo o que o filósofo declara sobre o homem, no fundo, não passa de testemunho sobre o homem de um espaço de tempo *bem limitado*. Falta de sentido histórico é o defeito hereditário de todos os filósofos; inadvertidamente, muitos chegam a tomar a configuração mais recente do homem, tal como surgiu sob a pressão de certas religiões e mesmo de certos eventos políticos, como a forma fixa de que se deve partir. Não querem aprender que o homem veio a ser, e que mesmo a faculdade de cognição veio a ser; enquanto alguns deles querem inclusive que o mundo inteiro seja tecido e derivado dessa faculdade de cognição. — Mas tudo o que é *essencial* na evolução humana se realizou em tempos primitivos, antes desses quatro mil anos que conhecemos aproximadamente; nestes o homem já não deve ter se alterado muito. O filósofo, porém, vê “instintos” no homem atual e supõe que estejam entre os fatos inalteráveis do homem, e que possam então fornecer uma chave para a compreensão do mundo em geral: toda a teleologia se baseia no fato de se tratar o homem dos últimos quatro milênios como um ser *eterno*, para o qual se dirigem naturalmente todas as coisas do mundo, desde o seu início. Mas tudo veio a ser; *não existem fatos eternos*: assim como não existem verdades absolutas. — Portanto, o *filosofar histórico* é doravante necessário, e com ele a virtude da modéstia (MA/HH I, §2).

A tarefa de um conhecimento feliz requer rigor, esforço, coragem, audácia, perspicácia. Trata-se de retirar do mundo ideal os processos que constituíram a humanidade para, a partir do senso histórico, percorrer os meandros de nossa constituição e formação. Nietzsche opõe, ao mau conhecimento, o conhecimento feliz. Feliz porque honesto, desapegado, livre de qualquer intenção ressentida ou de qualquer moralidade de rebanho. Somente um conhecimento com tais caracteres pode, de fato, conhecer o fenômeno humano sem véus. O conhecimento feliz se caracteriza por desvincular-se de qualquer tentativa ideal de considerar a vida, o homem, o mundo. É um conhecimento que não teme o nada, que evita ilusões e que nega qualquer tipo de ideal, conforme descreveu Nietzsche no final do aforismo 343 de *Gaia Ciência*:

De fato, nós, filósofos e espíritos livres, ante a notícia de que o velho Deus morreu nos sentimos como iluminados por uma nova aurora; nosso coração transborda de gratidão, espanto, pressentimento, expectativa — enfim o horizonte nos aparece novamente livre, embora não esteja limpo, enfim os nossos barcos podem novamente zarpar ao encontro de todo perigo, novamente é permitida toda a ousadia de quem busca o conhecimento, o mar, o nosso mar, está novamente aberto, e provavelmente nunca ouve tanto mar aberto (FW/GC, §343).

A metáfora da morte de Deus representa, aqui, justamente a superação de tal limitação do conceito de verdade. O Deus que morre é o conceito em torno do qual foram construídos por séculos valores e concepções sobre a vida e o mundo. É o conceito fundamental da metafísica que institui não apenas as concepções acerca da natureza, mas também os valores morais que regem a vida humana e estabelecem o correto agir.

Se remontamos ao aforismo 125 da mesma obra, o anúncio da morte de Deus é feito com características que merecem ser consideradas aqui, pelo fato de indicarem justamente a superação do conceito de verdade, a partir do qual se orientam o conhecimento e a linguagem, que fixam a ideia de um mundo metafísico imutável. A primeira imagem que nos chama a atenção é justamente o fato de o anúncio da morte de Deus ser colocado no pronunciamento de um homem louco, que, portanto, rompe com o ciclo da razão, que estabelece a verdade por meio do conhecimento e da linguagem. A segunda imagem brota do discurso do homem louco que, após anunciar a morte de Deus, descreve um cenário sem qualquer referência ou ponto fixo a partir do qual pode se orientar a vida humana.

[...] Somos todos seus assassinos! Mas como fizemos isso? Como conseguimos beber inteiramente o mar? Quem nos deu a esponja para apagar o horizonte? Que fizemos nós ao desatar a terra do seu sol? Para onde se move ela agora? Para onde nos movemos nós? Para longe de todos os sóis? Não caímos continuamente? Para trás, para os lados, para frente, em todas as direções? Existem ainda “em cima” e “embaixo”? Não vagamos como que através de um nada infinito? Não sentimos na pele o sopro do vácuo? Não se tornou ele mais frio? Não anoitece eternamente? Não temos que acender lanternas de manhã? (FW/GC, §125).

O discurso do homem louco estabelece necessariamente a libertação do produto de um mau conhecimento, que se institui a partir da universalização das experiências, numa linguagem ilusória que estabelece um mundo e uma moral também ilusórios. Uma verdade, um conhecimento e uma linguagem, todos em perspectiva, constituem os elementos necessários para uma nova condição de pensamento e ação do ponto de vista de Nietzsche.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese defendida por Nietzsche, em sua *Genealogia da moral*, afirma que um real conhecimento das condições que possibilitaram a instituição dos valores morais só pode ser alcançado pela imersão histórica, psicológica e filológica, um exame acurado sobre as condições primordiais que determinaram o fluxo da história e da cultura. Trata-se de um caminho que desvenda os recantos mais obscuros da existência humana e de sua formação, bem como daquilo que se pode chamar processo civilizatório. A proposta nietzschiana, como bem esclarece o aforismo primeiro do primeiro capítulo de *Humano, demasiado humano I*, intitulado *Química dos conceitos e sentimentos*, sugere o desvencilhamento da leitura idealista realizada pela metafísica que subjaz à compreensão moral, cuja tese busca uma origem transcendente aos valores e ações humanas. Um verdadeiro conhecimento das condições primordiais pelas quais nasce a valoração moral, e antes disso o conhecimento e a linguagem, tem de considerar condições concretas, reais, ligadas ao contexto e aos indivíduos.

Tudo o que necessitamos, e que somente agora nos pode ser dado, graças ao nível atual de cada ciência, é uma química das representações e sentimentos morais, religiosos e estéticos, assim como de todas as emoções que experimentamos nas grandes e pequenas relações da cultura e da sociedade, e mesmo na solidão: e se essa química levasse à conclusão de que também nesse domínio as cores mais magníficas são obtidas de matérias vis e mesmo desprezadas? (MA/HH, I, §1).

Ora, ao se referir às cores mais magníficas obtidas de matérias vis e desprezadas, fica clara a referência à compreensão metafísica dos valores, do conhecimento e da linguagem humanas, cujo princípio constitutivo deve ser buscado e entendido não como origem, mas como invenção.

A partir daqui a verdade, que outrora subjazia à linguagem e movia o conhecimento, é caracterizada como perspectivística, determinada, constituída a partir de condições precisas, interesses de poder e jogos de linguagem. Todos esses jogos têm, como objetivo, o estabelecimento de uma sociedade composta de indivíduos previsíveis, aptos para o convívio dentro de uma única perspectiva, a dominante, que se convencionou chamar de verdade e considerá-la como eterna e imutável. A verdade, assim como o conhecimento e a linguagem, é constituída, de acordo com a leitura nietzschiana, a partir de convenções que buscam estabelecer um critério de valoração para a vida e o mundo. Tal critério cumpre a exigência de uma compreensão universal sobre tudo o que existe e

que precisa ser mantido dentro das linhas da convenção para a manutenção do *status quo* da perspectiva dominante.

Estabelecer o conhecimento e a linguagem ao nível das experiências subjetivas é condição primordial para se alcançar a compreensão real dos valores, do mundo e das coisas da vida. Como conhecimento que se desvencilha de toda construção linguística que universaliza as experiências numa convenção completamente isenta de originalidade, é que o conhecimento feliz propõe o perspectivismo como ponto de partida para a compreensão da linguagem e de toda avaliação moral consequente dela. Em Nietzsche, a verdade, o conhecimento e a linguagem precisam ser consideradas, enquanto tais, a partir da ótica perspectivista, conforme afirma no prólogo de *Humano, demasiado humano* (§6) e com o qual concluo o caminho percorrido neste texto.

Você deve aprender a perceber o que há de perspectivista em cada valoração — o deslocamento, a distorção e a aparente teleologia dos horizontes, e tudo o que se relaciona à perspectiva; também o quê de estupidez que há nas oposições de valores e a perda intelectual com que se paga todo pró e todo contra. Você deve apreender a injustiça *necessária* de todo pró e contra, a injustiça como indissociável da vida, a própria vida como *condicionada* pela perspectiva e sua injustiça. Você deve sobretudo ver com seus olhos onde a injustiça é maior: ali onde a vida se desenvolveu ao mínimo, do modo mais estreito, carente, incipiente, e no entanto não pode deixar de se considerar fim e medida das coisas e em nome de sua preservação despedaçar e questionar o que for mais elevado, maior e mais rico, secreta e mesquinamente, incessantemente — você deve olhar com seus olhos o problema da *hierarquia*, e como poder, direito e amplidão das perspectivas crescem conjuntamente às alturas. Você deve" — basta, o espírito livre *sabe* agora a qual "você deve" obedecer, e também do que agora é *capaz*, o que somente agora lhe é — *permitido*... (MA/HH, Prólogo, §6).

A ótica perspectivista, que Nietzsche contrapõe ao senso de verdade estabelecido na tradição filosófica, permite uma nova forma de valoração, que não se pretende absoluta, mas que se adequa às experiências do sujeito em determinados contextos. O que subjaz a esta ideia é o conhecimento que não alcança o ser imutável das coisas, mas percebe-as como fluxo perpétuo e dinâmica constante da vida.

REFERÊNCIAS

GIACOIA JÚNIOR, Oswaldo. **Nietzsche, o humano como memória e promessa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sämtlich Werke. Kritische Studienausgabe**. Edição organizada por Giorgio Colli eazzino Montinari. Disponível em: <http://www.nietzschesource.org/#eKGWB>.

NIETZSCHE, Friedrich. Obras incompletas. Col. **Os Pensadores**. Seleção de textos de Gérard Lebrun; trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Aurora, reflexões sobre os preconceitos morais**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos Ídolos ou como se filosofa com o martelo**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. **Humano, demasiado humano**. Um livro para espíritos livres. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STEGMAIER, Werner. **As linhas fundamentais do pensamento de Nietzsche**. Org. Jorge Luiz Viesenteiner e André Luiz Muniz Garcia. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.